

Cresce o parlamentarismo

O senador Jarbas Passarinho, que ainda não abdicou de suas convicções presidencialistas, reconhecia ontem à tarde o crescimento do parlamentarismo na Constituinte, como uma das saídas para a crise política em que vive o País. Seria um parlamentarismo de ocasião para enfrentar uma crise conjuntural, a exemplo do que sucedeu em 61 com a renúncia de Jânio Quadros, denuncia o senador Marco Maciel, presidencialista ardoroso. O senador paranaense José Richa tem dedicado suas últimas semanas a coordenar na Constituinte as forças políticas parlamentaristas. Ele, a exemplo de outro parlamentarista histórico, o deputado Egidio Ferreira Lima, diz ser impressionante o número de novas adesões políticas obtidas nos últimos dias pelo parlamentarismo. Mas o parlamentar paranaense refuta e não aceita nenhuma solução híbrida de parlamentarismo, porque entende que soluções dessa natureza tenderiam a inviabilizar a forma de Governo, qualquer que ela fosse, tais as contradições que alimentaria em seu próprio bojo. E a favor do parlamentarismo em sua forma clássica, com a Câmara sendo dissolvida, nos termos da proposta formulada a esse respeito pelo deputado pernambucano Egidio Ferreira Lima.

No que depender da articulação liderada pelo senador José Richa, as eleições para presidente da República seriam realizadas este ano e a implantação do parlamentarismo se processaria a partir de 1º de janeiro de 89. Só que a posse do sucessor de Sarney ocorreria dois ou três dias antes, como norma permanente, a fim de resguardar o orçamento da ação do presidente da República que sai contra o que entra, dando-lhe pleno e total domínio sobre a matéria.

Área de turbulência política

O Ministério da Previdência e Assistência Social continua a ser um elemento de turbulência política no relacionamento do

presidente Sarney com o deputado Ulysses Guimarães. Isso desde os tempos de Waldir Pires. Continuou com Raphael de Almeida Magalhães, demitido daquele posto, justamente em função dos atritos políticos provocados na área do Governo. Como o Ministério em questão encontra-se sob jurisdição política do PMDB, alega-se no Planalto e áreas afins que seus ocupantes prestam mais contas de suas atividades ao deputado Ulysses Guimarães do que ao presidente Sarney.

Na medida em que se tornaram tensas as relações políticas entre Sarney e Ulysses, voltaram na semana passada a circular informações de que a cabeça do ministro Renato Archer estava a prêmio dentro do Governo, considerando-se como iminente a sua substituição. Hoje, o ministro Archer deve ter audiência com o presidente Sarney. Como o clima de tensão política entre Sarney e Ulysses foi atenuado, em decorrência de encontro que ambos mantiveram no último fim de semana, é possível até que Archer continue no Ministério da Previdência Social. Mas Sarney vai exigir uma compensação política: quer a demissão de Ezio Cordeiro, superintendente do Inamps, sob a alegação de que se trata de pessoa ligada ao governador Waldir Pires, da Bahia. Trata-se, porém, no fundo de um ato destinado a enfraquecer a autoridade política do ministro Renato Archer, o político do PMDB mais ligado a Ulysses.

Newton e Hélio

O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, em conversas com amigos, tem feito sentir a sua disposição de apoiar o nome de Hélio Garcia para vice-presidente, como companheiro de chapa de Ulysses Guimarães na futura disputa presidencial. Mas faz uma exigência: deseja que o ex-governador, em contrapartida, apoie seu candidato às eleições deste ano para a Prefeitura de Belo Horizonte.

Rapidez na Constituinte

Embora não o confessem de público e por razões diferentes, nem o Governo nem as lideranças do «Centrão» se revelam muito animadas com a disposição do deputado Ulysses Guimarães de concluir o mais rapidamente possível as atividades da Constituinte. Para o Planalto, quanto mais tarde a Constituinte promulgar a nova Constituição, melhor será, porque inviabilizaria as eleições presidenciais deste ano. Quanto aos líderes do «Centrão», eles temem que o aceleração da Constituinte redunde em decisões precipitadas, contrárias ao pensamento político conservador.

O presidente, o ministro e o líder

Dias atrás o líder do PFL, José Lourenço, queixou-se ao presidente Sarney que os deputados Henrique Alves e Ismael Wanderley, filho e genro do ministro Aluizio Alves, haviam votado contra a orientação do Governo e a favor da emenda do turno de seis horas de duração, apesar dos apelos em sentido contrário que lhes foram dirigidos. Alegaram que no caso preferiam votar com o líder do PMDB, senador Mário Covas. Ao ouvir as queixas de Lourenço, Sarney prometeu conversar com o ministro Aluizio Alves. Reação do líder do PFL: «Demita o ministro, Presidente».

Discurso de Jobim

Muito bem fundamentado, do ponto de vista jurídico, o discurso pronunciado ontem da tribuna da Constituinte pelo deputado gaúcho Nelson Jobim. O tema central do discurso foi o conflito entre Sarney e a Constituinte. Jobim demonstrou que «as decisões da Assembleia Nacional, no poder de que foi investida pelo voto popular e por sua convocação, são inviáveis de controle pelo Poder Judiciário». Isso a propósito das notícias de que Sarney estaria cogitando de recorrer ao Supremo para reconhecer a legitimidade do seu mandato de seis anos.